



Presidência da República  
Casa Civil  
Agência Brasileira de Inteligência

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00091.006371/2023-28

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O imóvel-sede da Superintendência Estadual Rio Grande do Norte (SERN) localiza-se no bairro Tirol, em Natal/RN, no perímetro urbano correspondente à Área Integrada de Segurança Pública (AISP) 01, que se caracteriza por apresentar registros significativos de crimes contra o patrimônio (roubos e furtos qualificados), em especial contra imóveis comerciais. Praticamente todos os imóveis comerciais do entorno da sede da SERN já foram vítimas desse tipo de crime, à exceção da própria Superintendência, precisamente em razão da presença permanente de vigilância armada em regime 24h/7 dias.

1.2. Caso haja interrupção desse serviço, o imóvel ficará significativamente vulnerável, em especial pelas seguintes razões: a) por ser uma área comercial, o entorno da SERN quase não apresenta movimentação de pessoas e veículos à noite e nos finais de semana, b) precariedade da iluminação pública da rua lateral ao imóvel (R. Juvenal Lamartine), c) atualmente o sistema de CFTV da Superintendência está inativo e sem perspectiva de conserto e aquisição de novas câmeras a curto prazo, e d) as portas principais de acesso são de vidro e não possuem resistência suficiente a ações de vandalismo ou invasão.

1.3. A contratação dos serviços de segurança e vigilância patrimonial armada de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo a manutenção das condições necessárias à segurança orgânica, para que os servidores desempenhem suas funções neste Órgão em um ambiente seguro e isento de ameaças (vide diagnóstico SEGOR apresentado no Ofício 36 - SEI nº 0821306, processo nº 00091.002872/2023-35).

1.4. Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a segurança institucional das instalações físicas da unidade, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular das unidades, torna-se imprescindível à contratação de empresa para a execução dos serviços

1.5. De acordo com o art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, parágrafo 1º do art. 1º do Decreto 2.271 de 07 de julho de 1997 e legislação correlata, justifica-se a contratação indireta desses serviços.

### 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente estudo visa assegurar de forma diária e contínua o atendimento dos serviços de segurança e vigilância patrimonial da Superintendência Estadual Rio Grande do Norte, em Natal/RN, uma vez que se tratam de serviços imprescindíveis ao exercício das atividades desenvolvidas neste órgão.

2.2. Os serviços de segurança e vigilância patrimonial, consistem em serviços de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pela Administração e, conseqüentemente, causar danos ao patrimônio público.

2.3. A CONTRATANTE não possui, em seu Quadro de Pessoal, servidores para efetuar serviços de segurança e vigilância patrimonial e o Art. 1º do Decreto 2.271/97 prevê que poderão ser objeto de execução indireta as atividades de higienização e conservação.

2.4. Em atendimento ao princípio da economicidade, os materiais de consumo e os equipamentos/utensílios que serão utilizados na execução dos serviços serão fornecidos diretamente pela CONTRATADA, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos materiais e financeiros empregados.

2.5. Todos os critérios ambientais e de segurança do trabalho respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição porque decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

2.6. Os objetivos fundamentais da contratação dos serviços são: 2.6.1. Garantir um ambiente seguro e isento de ameaças, proporcionando estímulo, saúde e bem-estar; 2.6.2. Garantir a continuidade dos serviços, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos executados no Órgão; 2.6.3. Fortalecer o princípio da economicidade, com a especificação mais otimizada para o desenvolvimento da atividade; 2.6.4. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

2.7. Não obstante seja a economia um critério que dependerá diretamente do preço praticado no mercado e do preço ofertado pela empresa, a Administração pretende atender ao princípio da economicidade, exaurindo todas as possibilidades no que tange o levantamento mais eficiente de suas necessidades.

2.8. A deflagração de nova contratação se dá em razão da impossibilidade de renovação do atual Contrato nº 539/2018, que até o momento vinha suprindo as necessidades da unidade.

2.9. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

### **3. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3.1. Para o levantamento do mercado, foram observadas contratações similares com outros órgãos em pesquisa no Painel de Preços, mas não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação.

3.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

3.3. No levantamento de mercado foi utilizado o Estudo Sobre a Composição dos Postos dos Valores Limites para os Serviços de Vigilância do Ministério da Economia - UF Rio Grande do Norte.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico da unidade em seu item 14 que versa sobre a modernização da gestão administrativa, cuja descrição é "instituir e aprimorar políticas, programas, métodos, técnicas e normas relacionadas à gestão administrativa do órgão, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

4.2. Considerando o disposto no item anterior, a terceirização da atividade de segurança e

vigilância patrimonial se alinha com a modernização da gestão administrativa.

4.3. O serviço de segurança e vigilância patrimonial caracteriza-se pela presença ostensiva de vigilantes, devidamente fardados, podendo estar armados ou não, em locais de maior exposição ao risco de ocorrências de furto, roubo ou invasões, na busca incessante da preservação das pessoas e do patrimônio público, tanto físico quanto intelectual.

4.4. A contratação deve produzir os resultados pretendidos no que tange ao incremento da segurança orgânica e institucional, salvaguardando não apenas o patrimônio físico, mas todo o conhecimento de inteligência aqui produzido.

## 5. **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

5.1. Para a estimativa das quantidades foi considerado o tamanho da área, o tipo de área, os elementos que compõem o imóvel, pontos de acesso e os dados da contratação anterior.

5.2. Em decorrência de haver somente um ponto de acesso à Superintendência tanto para entrada e saída de veículos e pessoas, para a estimativa das quantidades de postos a ser contratados foi adotado o método de regime de trabalho em escala 12 x 36h, sendo necessário para tal 01 (um) posto de trabalho diurno e 01 (um) posto de trabalho noturno, que irão laborar de forma intercalada, garantindo a cobertura na segurança e vigilância patrimonial da SERN no período de 24 horas.

5.3. Em comparação com a contratação anterior, observa-se que foram mantidos o mesmo nº de postos.

5.4. No contrato não há necessidade de outros materiais específicos acessórios ou suporte cuja previsibilidade não é possível antes da contratação.

## 6. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O valor total da contratação foi estimado para contratação de 02 (dois) postos, 01 (um) diurno e 01 (um) noturno, laborando em regime de escala 12 x 36 h, de segunda a domingo ininterruptamente.

6.2. Para composição do preço foi elaborada planilha de formação de preços, em conformidade às regras estabelecidas na IN nº 73/2020/ME, subsidiada pela CCT da categoria no RN.

6.3. Os preços foram analisados de forma crítica e rigorosa e comparados com as necessidade da contratação, tal como especificação, quantitativo, local e prazo de entrega.

## 7. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

7.1. É praxe de mercado que o presente serviço seja realizado por uma única empresa, de modo a não haver fracionamento no objeto contratado.

7.2. O objeto não é divisível na medida em que se trata de um serviço específico de segurança e vigilância patrimonial

7.3. Ademais, levando em consideração o mercado fornecedor, observa-se que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 8. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

8.1. Correlata à presente contratação há os contratos de mesmo gênero nas demais Superintendências da ABIN nos Estados, entretanto com particularidades vinculadas às CCT's locais, que podem diferenciar as remunerações praticadas.

## 9. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

9.1. A contratação encontra-se alinhada ao Plano Estratégico Institucional 2022 - 2026 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 491/DG/ABIN/GSI/PR, de 24 de dezembro de 2021 e publicada no Boletim de Serviço Especial Sigiloso nº 81, de 27 de dezembro de 2021, por meio do(s) objetivo(s) estratégico(s) OE11a e OE11, que são aprimorar procedimentos de planejamento de contratações, e aprimorar a gestão estratégica e a governança corporativa.

9.2. A presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) ABIN 2023.

#### 10. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

10.2. Benefícios diretos: Salvaguarda do patrimônio físico e intelectual da ABIN.

10.3. Benefícios indiretos: Maior sensação de segurança para os servidores da SERN e seus terceirizados.

10.4. Impactos ambientais positivos: maior segurança na área onde está localizado o imóvel-sede da SERN.

10.5. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

#### 11. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

11.1. Não houve a necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que a aquisição não impacta na estrutura física, elétrica, hidráulica e ambiental do órgão.

#### 12. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Para a contratação em pauta não há risco ambiental iminente, visto não decorrer dela qualquer geração de resíduos.

#### 13. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

13.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

**CÍNTIA CORRÊA PANTALEÃO**

INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

**HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO**

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR

## Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **CÍNTIA CORRÊA PANTALEÃO, Oficial de Inteligência**, em 29/06/2023, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO, Oficial Técnico de Inteligência**, em 29/06/2023, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0881018** e o código CRC **885765F1**.

Referência: Processo nº 00091.006371/2023-28

SEI nº 0881018

Avenida Hermes da Fonseca nº 1076, - CEP 59020-145 - Natal/RN -